

**HABEAS CORPUS Nº 515.387 - SP (2019/0168073-1)**

**RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**VANESSA MORAIS KISS - SP314903**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PACIENTE : EDIVALDO PIMENTA JUNIOR (PRESO)**

**DECISÃO**

**EDIVALDO PIMENTA JUNIOR** alega sofrer coação ilegal em seu direito de locomoção, em decorrência de acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**, que manteve a sua prisão preventiva nos autos do HC n.

Consta dos autos que o paciente – preso em flagrante pelo crime de tráfico de drogas em 11/3/2019 – teve a custódia convertida em prisão preventiva.

Neste *writ*, sustenta a ausência de fundamentação da constrição cautelar. Requer, liminarmente, a revogação da prisão preventiva ou, subsidiariamente, a aplicação do art. 319 do CPP.

**Decido.**

Da análise dos autos, ao menos em um juízo de cognição sumária, **não vislumbro manifesto constrangimento ilegal** a ensejar o deferimento da medida de urgência.

Quanto à tese de ausência de fundamento do decreto preventivo, observo que o Juiz de Direito **indicou elemento a evidenciar risco concreto de reiteração delitiva**, *in verbis*:

[...]

Segundo consta do referido auto, no dia 11 de março de 2019, por volta das 02 horas e 40 minutos, policiais militares patrulhavam o bairro Ouro Branco, pela rua Waldir Antonio Feola, próximo a uma praça sem nome, junto a uma residência de número 1100, com vistas ao combate do tráfico de drogas. Ao passarem junto à referida praça, avistaram dois indivíduos juntos no meio

da praça, enquanto uma motocicleta não identificada que estava junto aos rapazes se afastou rapidamente do local. Rapidamente se aproximaram dois rapazes com a viatura para um abordagem. Enquanto se aproximavam, um dos indivíduos que posteriormente foi identificado como sendo Edivaldo Pimenta Júnior jogou ao chão, próximo a uma árvore, um invólucro plástico transparente. Abordaram-nos.

O referido invólucro plástico dispensado continha 7 (sete) eppendorfs com material semelhante à cocaína. Questionado sobre o fato, Edivaldo negou que houvesse dispensado o invólucro plástico. O segundo suspeito foi identificado como sendo o adolescente Adrian Barbosa Gomes. Em revista pessoal, nada de ilícito foi encontrado com Edivaldo, apenas um aparelho celular da marca Samsung, mas com Adrian foram encontrados R\$ 99,40 (noventa e nove reais e quarenta centavos) em notas trocadas, tipicamente utilizadas para facilitar o troco da mercancia da droga. Questionado sobre os fatos, Adrian confessou que estava traficando e apontou para os policiais um local onde guardava mais drogas na rua Ana Vaz Loureiro, em um matagal. A guarnição se deslocou a tal local e ali encontrou, seguindo orientação de Adrian, um invólucro plástico, do tipo zip lock, contendo 14 (catorze) eppendorfs com material semelhante à cocaína. Os eppendorfs e os invólucros plásticos acima referidos eram absolutamente idênticos, o que reforçou a suspeita de tráfico contra Edivaldo, dando a entender que Edivaldo guardava as drogas, enquanto Adrian ficava com o dinheiro vindo do tráfico. O depoente esclarece que por diversas vezes já viu Adrian e Edivaldo naquele local, que é conhecido ponto de vendas de drogas, sempre sem nada fazer. Em outras ocasiões já observou veículos pararem junto aos suspeitos em circunstâncias também suspeitas, sinalizando procura por drogas. Ante os fatos, deram voz de apreensão a Adrian e voz de prisão a Edivaldo e os conduziram a esta delegacia juntamente com os referidos eppendorfs, dinheiro e aparelho celular.

[...]

**O papel da prisão, neste momento, é proteger a população. A prisão, neste caso, visa retirar do meio social pessoa suspeita de gravíssimo crime de tráfico, com indícios de ligação à criminalidade organizada, que é reincidente específico e que voltou a se envolver na prática delituosa (fls.32/33).**

A custódia cautelar revela-se necessária para garantia da ordem pública. Isso porque eventual liberação redundaria em estímulo a perseverar suas supostas condutas delituosas.

Não há, ainda, comprovação de trabalho lícito por parte do autuado(a), tampouco comprovação de residência fixa. Existe, pois, o risco real de que, caso o averiguado Edivaldo Pimenta Junior seja colocado em liberdade ele volte a praticar crimes inclusive da mesma natureza.

Se condenado, existe o risco de embaraço ao cumprimento da pena, afastando-se do distrito da culpa, frustrando a aplicação da lei penal.

A prisão é necessária. Estão devidamente presentes os pressupostos e requisitos da preventiva no caso em tela.

E não se trata de prisão com base na gravidade abstrata do delito, mas sim com base neste suposto caso de tráfico de cocaína, droga que não é produzida neste Estado e trazida a esta Comarca de Limeira por meio de criminalidade organizada.

Em razão de todo o exposto e mais que dos autos consta, com fundamento nos arts. 311, 312 e 313, do Código de Processo Penal, CONVERTO a prisão em flagrante em PRISÃO PREVENTIVA, devendo a serventia expedir mandado de prisão para os devidos fins e INDEFIRO a liberdade provisória.

[...] (fls. 35-41)

A Corte local, ao denegar a ordem, sustentou a idoneidade do argumento do decreto preventivo, ao ressaltar que, "ao tempo do flagrante, Edivaldo recorria em liberdade de condenação por tráfico em processo diverso" (fl. 45).

Tais elementos **afastam**, à primeira vista, a plausibilidade jurídica do direito tido como violado, sobretudo em razão de **se mostrarem suficientes as razões invocadas na instância de origem para embasar a ordem de prisão do ora paciente, porquanto contextualizaram, em dados dos autos, a necessidade cautelar de segregação do réu.**

Com efeito, o Juiz de primeira instância apontou, de forma idônea, a presença dos vetores contidos no art. 312 do Código de Processo Penal, **indicando motivação suficiente para decretar a prisão preventiva**, ao salientar a existência de registros criminais, a evidenciar o risco de reiteração delitiva.

O STJ, em casos similares, entende que a existência de registros criminais – a revelar risco concreto de reiteração delitiva – pode justificar idoneamente a prisão preventiva. Confira-se:

[...]

2. O Juízo singular ressaltou o fundado risco de reiteração delitiva, visto que o acusado ostenta diversas passagens por atos infracionais análogos a delitos de roubo, homicídio, tráfico de drogas, porte ilegal de arma de fogo, entre outros, além de registrar processos diversos em andamento. [...] (RHC n. 95.702/SC, Rel. Ministro **Rogério Schietti**, 6ª T., DJe 16/4/2018)

Em razão das indicadas circunstâncias indicadas pelo Juízo de primeiro grau, as medidas cautelares alternativas à prisão não se mostram adequadas e suficientes para evitar a prática de novas infrações penais.

Assim, não vislumbro, ao menos por ora, constrangimento ilegal a sanar em sede de medida de urgência, de modo que a controvérsia será analisada na oportunidade própria do seu julgamento definitivo.

À vista do exposto, **indefiro** o pedido de liminar.

Dispensando as informações, visto que os autos estão adequadamente instruídos.

Ouça-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília/DF, 11 de junho de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**